Empresa de Energia
Cachoeira Caldeirão S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
Ferreira Gomes - AP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative (“KPMG International”), a Swiss entity.

Valor recuperável (“Impairment”) dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6, 11 e 12 às demonstrações financeiras)
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R$ 1.171.693 mil e R$ 9.718 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa ("UGC"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 7 às demonstrações financeiras)
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R$ 76.587 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudança nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de lucros tributáveis futuros e o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliar os dados e as premissas utilizadas, tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as

bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como os mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.672	62.488
Concessionárias	5	18.646	32.795
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	4.600	61
Outros tributos compensáveis	6	14.760	19.274
Outros créditos	10	2.214	1.203
Total do Ativo Circulante		115.892	115.821
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	257	3.271
Outros tributos compensáveis	6	3.515	8.305
Tributos diferidos	7	76.587	62.691
Cauções e depósitos vinculados	9	42.341	31.043
Outros créditos	10	294	485
		122.994	105.795
Imobilizado	11	1.171.693	1.208.361
Intangível	12	9.718	11.622
		1.181.411	1.219.983
Total do Ativo Não circulante		1.304.405	1.325.778
TOTAL DO ATIVO		**1.420.297**	**1.441.599**

PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	13	17.875	12.806
Outros tributos a recolher	6	316	247
Debêntures	14	18.810	20.846
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	44.690	36.624
Uso do bem público	16	970	927
Provisões	17	4.142	11.644
Outras contas a pagar	10	1.653	1.663
Total do Passivo Circulante		88.456	84.757
Não circulante			
Tributos diferidos	7	1	1
Debêntures	14	195.603	199.574
Empréstimos e financiamentos	15	529.383	526.586
Uso do bem público	16	11.588	11.122
Provisões	17	15.247	12.637
Outras contas a pagar	10	1.429	1.224
Total do Passivo Não circulante		753.251	751.144
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	728.600	728.600
Prejuízos acumulados		(150.010)	(122.902)
Total do Patrimônio líquido		578.590	605.698
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.420.297**	**1.441.599**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2020	2019
Receitas	19	142.536	139.233
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(51.913)	(45.315)
Custo de operação		(57.320)	(56.131)
		(109.233)	(101.446)
Lucro bruto		33.303	37.787
Despesas e Receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(3.548)	(3.328)
Outras despesas e receitas operacionais		(2.150)	(692)
		(5.698)	(4.020)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		27.605	33.767
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		4.493	5.618
Despesas financeiras		(73.102)	(75.324)
		(68.609)	(69.706)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(41.004)	(35.939)
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13.896	12.167
		13.896	12.167
Prejuízo do exercício		**(27.108)**	**(23.772)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,03724)	(0,03265)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(27.108)	(23.772)
Resultado abrangente do exercício	**(27.108)**	**(23.772)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**728.600**	**(99.130)**	**629.470**
Prejuízo do exercício		(23.772)	(23.772)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**728.600**	**(122.902)**	**605.698**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**728.600**	**(122.902)**	**605.698**
Prejuízo do exercício		(27.108)	(27.108)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**728.600**	**(150.010)**	**578.590**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(41.004)	(35.939)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		46.330	44.833
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		64.665	70.154
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.481	1.199
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		5.244	2.703
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		3.004	1.259
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(1.027)	(1.545)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.285)	(44)
Outros		680	375
		78.088	82.995
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		14.149	16.934
Outros tributos compensáveis		(6.363)	(5.534)
Cauções e depósitos vinculados		(11.145)	3.199
Outros ativos operacionais		(820)	667
		(4.179)	15.266
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		5.069	(2.208)
Outros tributos a recolher		15.496	14.645
Provisões		(13.271)	(13.090)
Uso do bem público		(972)	(940)
Outros passivos operacionais		(398)	(727)
		5.924	(2.320)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		79.833	95.941
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(7.714)	(4.185)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.714)	(4.185)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados		874	(522)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(25.620)	(27.763)
Pagamentos de encargos de dívidas		(34.189)	(60.370)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	25.1	(58.935)	(88.655)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**13.184**	**3.101**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		75.672	62.488
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		62.488	59.387
		13.184	**3.101**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Geração do valor adicionado	172.248	166.131
Receita operacional	164.303	161.214
Receita relativa à construção de ativos próprios	7.945	4.916
Outras receitas		1
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(77.582)	(65.457)
Custos da energia comprada	(41.058)	(33.729)
Encargos de uso da rede elétrica	(16.136)	(16.194)
Materiais	(1.472)	(2.972)
Serviços de terceiros	(13.164)	(11.036)
Outros custos operacionais	(5.752)	(1.526)
Valor adicionado bruto	94.666	100.674
Retenções		
Depreciações e amortizações	(46.330)	(44.833)
Valor adicionado líquido produzido	48.336	55.841
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.723	5.902
Valor adicionado total a distribuir	**53.059**	**61.743**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.365	3.099
Benefícios	820	874
FGTS	214	255
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.406	5.572
Estaduais	260	272
Municipais		1
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	73.102	75.324
Aluguéis		118
	80.167	85.515
Prejuízo do exercício	(27.108)	(23.772)
	53.059	**61.743**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).

A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

				Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	(MW)	(MWm)	Início	Término
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A energia assegurada de 129,7 MWm foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R$95,51 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2020, o preço atualizado do contrato é de R$141,05 por MWh.

O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual. Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

As três unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada de 73 MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de maio, junho e agosto de 2016.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R$658, atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R$985, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente remanescente da obrigação é de R$12.558 (R$12.049 em 31 de dezembro de 2019) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demontrações financeiras em 28 de janeiro de 2021. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto dasdemonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 17.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável. Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional, tendo levado em consideração substancialmente a proteção contra redução por Força Maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e ANEEL, concluindo assim, como mencionado na nota 2.1, que não houve mudança na integridade da continuidade operacional da Companhia.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*)	Apresenta novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação	*Conceptual Framework*	Estrutura Conceitual	10/12/2019
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	Pronuncia-mento	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	Pronuncia-mento	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	Pronuncia-mento	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos	IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2020
OCPC 09 – Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais *stakeholders*; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2021
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	Pronuncia-mento	N/A

As alterações que entraram em vigor em 1° de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

3.1.2 Medidas de Assistência Governamental

3.1.2.1 *Standstill* - Medida emergencial BNDES

O BNDES aprovou em março de 2020, em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que têm por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da COVID-19 no Brasil. Uma das medidas é a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise – medida conhecida no mercado como *standstill*. Em 09 de junho de 2020, foi concedida a autorização para a suspensão temporária do pagamento dos financiamentos do BNDES da Companhia, no período de junho a novembro de 2020. Em dezembro de 2020 os pagamentos voltaram a ser efetuados pela Companhia.

3.1.2.2 Portarias nº 139 e nº 245

As respectivas portarias de 3 de abril e 15 de junho de 2020, prorrogaram o prazo para o recolhimento de tributos federais e contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, na situação que especifica em decorrência da COVID-19. Os prazos de recolhimento da contribuição para o PIS, COFINS e INSS patronal, relativas às competências março, abril e maio de 2020, foram postergados para os mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	13.463	10.770
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	62.209	51.718
	62.209	51.718
Total	75.672	62.488

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 99,50% e 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

5 Concessionárias

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	5.1	18.646	24.640
Energia de curto prazo	5.2		8.155
		18.646	32.795

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas à contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.5.

5.1 Suprimento de energia elétrica

A redução no exercício é decorrente, substancialmente, do recebimento em 2020 de suprimento de energia elétrica que havia ficado inadimplente em 31 de dezembro de 2019, de concessionária que possuía despacho tratando de sua inadimplência, no montante de R$6.533.

5.2 Energia de curto prazo

A redução no exercício refere-se a sobra de energia adquirida em dezembro através de contratos bilateriais que foram comercializados no curto prazo no exercício de 2019, não tendo ocorrido no exercício de 2020.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2019	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.332		1.285		(8.559)	8.799	4.857
	3.332	-	1.285	-	(8.559)	8.799	4.857
Circulante	61						4.600
Não circulante	3.271						257
Outros tributos compensáveis							
ICMS	132						132
PIS e COFINS	16.317	5.671				(6.868)	15.120
IRRF sobre aplicações financeiras	8.609	668				(8.799)	478
Outros	2.521	24					2.545
	27.579	6.363	-	-	-	(15.667)	18.275
Circulante	19.274						14.760
Não circulante	8.305						3.515
Passivos a recolher							
Outros tributos a recolher							
ICMS	25	170		(166)			29
PIS e COFINS	-	15.427			(8.559)	(6.868)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	63	273		(255)			81
Encargos com pessoal	159	732		(693)			198
Outros	-	8					8
Total Circulante	247	16.610	-	(1.114)	(8.559)	(6.868)	316

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7 Tributos diferidos

		Ativo		Passivo	
	Nota	Não circulante		Não circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS				1	1
Imposto de renda e contribuição social	7.1	76.587	62.691		
Total		76.587	62.691	1	1

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante	Resultado	
Natureza dos créditos	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	2020	2019
Prejuízos Fiscais	42.074	32.839		9.235	9.891
Base Negativa da Contribuição Social	15.147	11.822		3.325	3.561
	57.221	44.661	-	12.560	13.452
Diferenças Temporárias					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.938	3.464		1.474	(1.906)
Gastos Pré-operacionais	686	2.743		(2.057)	(2.058)
Uso do bem público - CPC 25	1.625	1.355		270	184
Licenças ambientais	11.894	10.269		1.625	2.127
Outras	223	202	3	24	368
Total diferenças temporárias	19.366	18.033	3	1.336	(1.285)
Crédito fiscal do ágio incorporado					
Total bruto	76.587	62.694	3	13.896	12.167
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(3)	(3)		
Total	76.587	62.691	-		

7.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2021	2022	2023	2024	2025	2025 a 2027	A partir de 2028	Total
4.403	4.402	4.842	2.679	2.679	8.083	49.499	76.587

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

				Ativo		Passivo				Receitas (Despesas)	
				Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacional	
	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 10)											
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura											
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2015 até 31/12/2021								(170)
EDP Espírito Santo	Controle Comum		29/07/2015 até 29/07/2019								(1)
Contrato Prestação de Serviços (a)											
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/10/2019 até 31/12/2022					43	123	(565)	(123)
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2019 até 31/12/2022								(369)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais e Atividades de *Backoffice* (b)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2019 até 31/12/2021	259	429			193	371	(527)	(424)
				259	429	-	-	236	494	(1.092)	(1.087)
Fornecedores (Nota 13)											
Suprimento de energia elétrica											
Energest	Controle Comum	140,76	01/01/2017 até 31/12/2046			429	412			(5.069)	(4.847)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2018 até 31/12/2019				3.437				(20.402)
Encargos de uso de rede											
EDP Transmissão	Controle Comum		09/02/2019 até 31/01/2033			1	2			(11)	(13)
EDP Transmissão MA II	Controle Comum		04/01/2020 até 31/01/2033			1				(13)	
				-	-	431	3.851	-	-	(5.093)	(25.262)
				259	429	431	3.851	236	494	(6.185)	(26.349)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
As garantias concedidas estão descritas na nota de Garantias (Nota 26.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contratos de Prestação de Serviços

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1° de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Comercializadora, sendo que um aditivo foi firmado em 1° de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Comercializadora para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R$1.476, a serem pagos em parcelas mensais de R$41, atualizado anualmente pelo IPCA.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

8.1 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A., e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2019	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2020
Depósitos judiciais	17.1	116	11.227	1	(82)	11.262
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	9.1 e 24.2.2.1	30.927	46.709	1.026	(47.583)	31.079
Total Não Circulante		31.043	57.936	1.027	(47.665)	42.341

9.1 Cauções vinculados

Refere-se a garantia exigida junto a 3ª emissão de debêntures da Companhia e ao financiamento do BNDES. Do montante total: (i) R$14.074 é correspondente a três vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; e (ii) R$17.005 é correspondente à próxima parcela das debêntures a ser liquidada e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		91	305		
Devolução - Prêmio de seguro			184		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			259	429
Despesas pagas antecipadamente		237	52	35	
Estoques		1.670	662		
Outros		216			56
Total		2.214	1.203	294	485
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			236	494
Folha de pagamento		96	56		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.1	836	673		
Encargos setoriais	10.2	716	929	1.193	730
Outros		5	5		
Total		1.653	1.663	1.429	1.224

10.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

10.2 Encargos setoriais

Em 31 de dezembro de 2020, do saldo de encargos setoriais de R$1.909 (R$1.659 em 31 de dezembro de 2019), R$1.406 (R$1.091 em 31 de dezembro de 2019) referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

11 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados posteriores a entrada em operação da UHE e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

11.1 Composição do Imobilizado

	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	3,12	85.455	(12.345)	73.110	3,12	84.856	(9.617)	75.239
Reservatórios, barragens e adutoras	3,09	405.028	(58.321)	346.707	3,09	405.028	(45.799)	359.229
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16	320.933	(47.212)	273.721	3,16	320.933	(37.071)	283.862
Máquinas e equipamentos	3,28	559.318	(83.283)	476.035	3,28	551.789	(64.338)	487.451
Veículos	14,29	1.718	(1.134)	584	14,29	1.718	(919)	799
Móveis e utensílios	6,25	409	(83)	326	6,25	409	(57)	352
		1.372.861	(202.378)	1.170.483		1.364.733	(157.801)	1.206.932
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	230	(11)	219	3,33	230	(4)	226
Máquinas e equipamentos	14,18	105	(33)	72	14,18	105	(17)	88
Móveis e utensílios	6,25	79	(5)	74	6,25	79	(1)	78
		414	(49)	365		414	(22)	392
Total do Imobilizado em serviço		1.373.275	(202.427)	1.170.848		1.365.147	(157.823)	1.207.324
Imobilizado em curso								
Geração		799		799				-
Administração		46		46		1.037		1.037
Total do Imobilizado em curso		845	-	845		1.037	-	1.037
Total Imobilizado		1.374.120	(202.427)	1.171.693		1.366.184	(157.823)	1.208.361

11.2 Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Deprecia-ções	Reclassifica-ção	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em serviço						
Terrenos	75.239		598	(2.727)		73.110
Reservatórios, barragens e adutoras	359.229			(12.522)		346.707
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.088			(10.148)		273.940
Máquinas e equipamentos	487.539		7.529	(18.961)		476.107
Veículos	799			(215)		584
Móveis e utensílios	430			(30)		400
Total do Imobilizado em serviço	1.207.324	-	8.127	(44.603)	-	1.170.848
Imobilizado em curso						
Terrenos	-	598	(598)			-
Máquinas e equipamentos	-	6.344	(7.529)		1.230	45
Adiantamento a fornecedor	989	241			(1.230)	-
Outros	48	752				800
Total do Imobilizado em curso	1.037	7.935	(8.127)	-	-	845
Total do Imobilizado	1.208.361	7.935	-	(44.603)	-	1.171.693

12 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do Intangível

	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortiza-ção acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortiza-ção acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	16,10	8.946	(7.506)	1.440	16,67	9.026	(6.017)	3.009
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	2,85	9.976	(2.197)	7.779	2,85	9.976	(1.913)	8.063
		18.922	(9.703)	9.219		19.002	(7.930)	11.072
Administração								
Software	20,00	304	(239)	65	20,00	304	(184)	120
		304	(239)	65		304	(184)	120
Total do Intangível em Serviço		19.226	(9.942)	9.284		19.306	(8.114)	11.192
Intangível em curso								
Geração		228		228		228		228
Administração		206		206		202		202
Total do Intangível em Curso		434	-	434		430	-	430
Total do Intangível		19.660	(9.942)	9.718		19.736	(8.114)	11.622

12.2 Movimentação do Intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Amortiza-ções	Baixas	Valor líquido em 31/12/2020
Intangível em serviço						
Software		120		(55)		65
Direito de concessão - Licenças ambientais		3.009		(1.488)	(81)	1.440
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.2.1	8.063		(284)		7.779
Total do Intangível em serviço		11.192	-	(1.827)	(81)	9.284
Intangível em curso						
Outros intangíveis em curso		430	10		(6)	434
Total do Intangível em curso		430	10	-	(6)	434
Total do Intangível		11.622	10	(1.827)	(87)	9.718

12.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Cachoeira Caldeirão. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 16) e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em junho de 2016, e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.1.1).

13 Fornecedores

		Circulante	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de energia elétrica	13.1	3.089	7.883
Encargos de uso da rede elétrica		1.647	1.615
Operações CCEE	13.2	5.197	1.050
Materiais e serviços	13.3	7.942	2.258
Total		17.875	12.806

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

13.1 Suprimento de energia elétrica

A diminuição observada é referente uma menor contratação de energia para revenda nos contratos bilaterais, onde, em dezembro 2020 a redução na contratação foi de 17.122MWh quando comparado ao mesmo período 2019.

13.2 Operações CCEE

A variação refere-se ao aumento na exposição da Companhia ao Mercado de Curto Prazo - MCP no último trimestre de 2020, que gerou uma necessidade de buscar energia aproximadamente 13.289MWh no mercado de curto prazo.

13.3 Materiais e serviços

O aumento no exercício refere-se principalmente, a contratação de serviços e materiais para a manutenção preventiva trienal da UG03 que ocorreu em dezembro 2020.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

											31/12/2020				31/12/2019			
											Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	15.650	10	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/12/2014 a 15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	1.486	17.398	195.917	214.801	1.218	19.704	199.967	220.889
(-) Custos de emissão				(891)		15/12/2014 a 15/06/2030			Amortização mensal			(74)	(314)	(388)		(76)	(393)	(469)
Total											1.486	17.324	195.603	214.413	1.218	19.628	199.574	220.420

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima é de R$214.801 em 31 de dezembro de 2020 (R$220.889 em 31 de dezembro de 2019).

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2019	Pagamentos	Juros provisiona-dos	Transferên-cia	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante							
Principal	19.704	(16.252)		4.050		9.896	17.398
Juros	1.218	(15.751)	16.019				1.486
Custo de transação	(76)			(79)	81		(74)
	20.846	(32.003)	16.019	3.971	81	9.896	18.810
Não circulante							
Principal	199.967			(4.050)			195.917
Custo de transação	(393)			79			(314)
	199.574	-	-	(3.971)	-	-	195.603

14.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2021	18.810
	18.810
Não circulante	
2022	22.568
2023	22.849
2024	23.132
2025	23.406
2026	26.347
2027 até 2032	77.301
	195.603
Total	214.413

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora ou da(s) Acionista(s), bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou pela(s) Acionista(s), ou de falência relativo à Emissora ou à(s) Acionista(s) formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a(s) Acionista(s) as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a(s) Fiança(s) estiverem em vigor;

(ii) Extinção definitiva da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão;

(iii) Declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento da Emissora ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES;

(iv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pelas Acionistas;

(v) Declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R$35.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo vencimento;

(vi) Protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R$75.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

(vii) Qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD;

(viii) Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD; e

(ix) Não manutenção do índice de capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 20%, calculado anualmente em 31 de dezembro, que não seja sanado em até 30 dias após comunicação do Agente Fiduciário.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2020				31/12/2019			
										Encargos	Principal			Encargos	Principal		
										Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional																	
BNDES	504.100	25/11/2014	482.886	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização apurado, anualmente, em 31 de dezembro. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20% apurado, anualmente, em 31 de dezembro.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017.	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	4.871	40.064	531.426	576.361	4.150	32.732	528.875	565.757
(-) BNDES - Custos de Transação			(3.432)	25/11/2014 a 15/11/2037				Amortização mensal			(245)	(2.043)	(2.288)		(258)	(2.289)	(2.547)
Total										4.871	39.819	529.383	574.073	4.150	32.474	526.586	563.210

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R$576.361 em 31 de dezembro de 2020 (R$565.757 em 31 de dezembro de 2019).

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2019	Pagamentos	Juros provisio-nados	Juros integraliza-dos	Transferên-cia	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante							
Principal	32.732	(9.368)		19.251	(2.551)		40.064
Juros	4.150	(18.438)	38.410	(19.251)			4.871
Custo de Transação	(258)				(246)	259	(245)
	36.624	(27.806)	38.410	-	(2.797)	259	44.690
Não circulante							
Principal	528.875				2.551		531.426
Custo de Transação	(2.289)				246		(2.043)
	526.586	-	-	-	2.797	-	529.383

15.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2021	44.690
	44.690
Não circulante	
2022	18.959
2023	20.446
2024	22.049
2025 até 2029	138.911
2030 até 2034	189.159
2035 até 2040	139.859
	529.383
Total	574.073

16 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em agosto de 2013, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2019	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferên-cias	Saldo em 31/12/2020
Circulante						
Uso do bem público	927	(2)	25	(972)	992	970
	927	(2)	25	(972)	992	970
Não circulante						
Uso do bem público	11.122	17	1.441		(992)	11.588
	11.122	17	1.441	-	(992)	11.588

17 Provisões

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1			15.212	10.805
Licenças ambientais	17.2	4.142	11.644	35	1.832
Total		4.142	11.644	15.247	12.637

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis, trabalhistas e outros assuntos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo						Ativo	
								Depósito judicial	
	Nota	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas		16		(2)	(2)	1	13		1
Cíveis	17.1.1.1	10.180	3.506	(1.207)	(1.053)	3.093	14.519	844	93
Outros		609	278	(78)	(129)		680		
Total Não circulante		10.805	3.784	(1.287)	(1.184)	3.094	15.212	844	94

17.1.1.1 Cível

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações e relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na ensecadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Companhia realizou a abertura controlada na ensecadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Companhia assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Companhia.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Companhia, qual seja indenização em R$20 para residências e R$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Companhia interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Companhia participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Companhia não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensa ações com pedidos de danos morais.

A Companhia havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Companhia, já líquida de franquia, o valor de R$28.000.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

				Ativo	
				Depósito judicial	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas		17	14		
Cíveis		5.428	4.313		
Fiscais	17.1.2.1	10.598	124	10.417	16
Total		16.043	4.451	10.417	16

17.1.2.1 Fiscais

Ação judicial movida pela Companhia em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R$10.471 em 31 de dezembro de 2020. A Companhia aguarda o julgamento.

17.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cujas as perdas foram estimadas como remotas e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 é de R$1 (R$7 em 31 de dezembro de 2019).

17.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2020 de R$4.177 (R$13.476 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Cachoeira Caldeirão, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação – LO nº 0237/2015 foi emitida em 18 de dezembro de 2015 pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá e autoriza a Companhia a operar a UHE Cachoeira Caldeirão, localizada no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (AP).

A LO é válida pelo período de 6 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

Do montante provisionado, destaca-se o valor de R$3.751 relacionado ao programa de gerenciamento ambiental, que envolve a construção do hospital Porto Grande, o programa de gerenciamento sócioambiental integrado e o programa de monitoramento da fauna.

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo de 6 anos que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2019	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Reversão (Nota 17.2.1)	Saldo em 31/12/2020
Circulante	11.644	(11.984)	2.342	2.161	298	(319)	4.142
Não Circulante	1.832		122	(2.161)	242		35
Total	13.476	(11.984)	2.464	-	540	(319)	4.177

17.2.1 Reversão

A reversão de R$319 refere-se a revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais que é realizado periodicamente pela Companhia (Nota 2.4).

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é de R$728.600 e está representado por 728.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2020		31/12/2019	
Acionista	**Quantidade de ações**	**% participação**	**Quantidade de ações**	**% participação**
EDP - Energias do Brasil	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
Total	728.000.000		728.000.000	

19 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	MWh (*)		R$	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Suprimento de energia elétrica	1.139.285	1.144.942	160.696	156.874
Energia de curto prazo		9.777	3.607	4.340
Receita operacional bruta	1.139.285	1.154.719	164.303	161.214
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS			(15.198)	(14.912)
	-	-	(15.198)	(14.912)
Encargos do consumidor				
P&D			(1.387)	(1.334)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(4.512)	(5.062)
Taxa de fiscalização			(670)	(673)
	-	-	(6.569)	(7.069)
	-	-	(21.767)	(21.981)
Receitas	1.139.285	1.154.719	142.536	139.233

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

20 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2020					2019				
		Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais			Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administra-tivas	Outros	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administra-tivas	Outros	Total
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	37.166				37.166	30.508				30.508
Encargos de uso da rede elétrica		14.644				14.644	14.696				14.696
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.2		4.205	489		4.694		4.287	467		4.754
Material			611	35		646		1.648	151		1.799
Serviços de terceiros	20.3		5.368	1.246		6.614		5.592	2.333		7.925
Depreciação - Imobilizado em serviço			44.472	31		44.503		42.956	31		42.987
Amortização			1.808	19		1.827		1.827	19		1.846
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					2.150	2.150				693	693
Arrendamentos e aluguéis						-			118		118
Outras		103	856	1.728		2.687	111	(179)	209	(1)	140
Total		51.913	57.320	3.548	2.150	114.931	45.315	56.131	3.328	692	105.466

20.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2020	2019
Contratos de compra de energia por quantidade	20.1.1	19.715	29.195
Energia de curto prazo	20.1.2	38.662	26.510
Outros		1.419	1.080
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		(18.841)	(23.167)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(3.789)	(3.110)
Total		37.166	30.508

20.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação é decorrente do aumento expressivo das contratações de energia para revenda em 2019 quando comparado ao mesmo exercício de 2020, em vista de mitigar o risco do GSF, dada a baixa do fator que se espera para os dois trimestres finais de cada ano.

20.1.2 Energia de curto prazo

A variação decorre substancialmente de energia comercializada junto a CCEE no exercício de 2020 quando comparado ao exercício anterior, ao que se refere a maior exposição do GSF, associado ao valor de PLD médio mais significativo, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 (PLD base médio R$84,47 em 2020 e R$43,82 em 2019), quando a Companhia esteve exposta.
Atrelado aos fatores citados acima, em ambos os períodos o GSF ficou abaixo do fator de proteção contratado pela Companhia, o que determinou o direito ao recebimento do ressarcimento, porém houve redução do mesmo em decorrência da variação do GSF no terceiro trimestre de 2020.

20.2 Pessoal e Administradores

	2020	2019
Pessoal		
Remuneração	2.456	2.516
Encargos	873	884
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	97	109
Despesas rescisórias	141	153
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	397	305
Outros benefícios - Corrente	720	758
	4.684	4.725
Administradores		
Honorários e encargos	8	22
Benefícios dos administradores	2	7
	10	29
	4.694	4.754

20.3 Serviços de terceiros

	2020	2019
Serviços de consultoria	1.074	1.903
Serviços de manutenção	3.693	3.936
Serviços de limpeza e vigilância	903	427
Serviços de informática	600	665
Serviços de publicação e publicidade	80	116
Serviços de telecomunicações	91	52
Serviços de transporte	153	432
Outros	20	394
	6.614	7.925

21 Resultado financeiro

	Nota	2020	2019
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		2.394	5.592
Energia vendida		318	678
Juros e multa sobre tributos	6	1.285	171
Outros juros e variações monetárias		1	(557)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(230)	(284)
Outras receitas financeiras		725	18
		4.493	5.618
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(38.669)	(46.200)
Debêntures	14.2	(25.996)	(23.954)
Juros e variações monetárias			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	(3.094)	(1.361)
Uso do bem público	16	(1.481)	(1.199)
Outros juros e variações monetárias	17.2	(3.004)	(1.394)
Outras despesas financeiras		(858)	(1.216)
		(73.102)	(75.324)
Total		(68.609)	(69.706)

22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2020	2019
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(41.004)	(35.939)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	13.941	12.219
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Doações	(45)	(52)
Resultado de IRPJ e CSLL	13.896	12.167
Alíquota Efetiva	33,89%	33,85%

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2020	2019
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(27.108)	(23.772)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	728.000	728.000
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,03724)	(0,03265)

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	62.209	51.718	62.209	51.718
			62.209	51.718	62.209	51.718
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	13.463	10.770	13.463	10.770
Concessionárias	5	Nível 2	18.646	32.795	18.646	32.795
Cauções	9	Nível 2	31.079	30.927	31.079	30.927
Outros créditos - Partes relacionadas	8	Nível 2	259	429	259	429
			63.447	74.921	63.447	74.921
			125.656	126.639	125.656	126.639

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	17.875	12.806	17.875	12.806
Debêntures	14	Nível 2	250.806	271.220	214.413	220.420
Uso do bem público	16	Nível 2	13.087	11.441	12.558	12.049
Empréstimos e financiamentos	15					
Moeda nacional		Nível 2	574.073	563.210	574.073	563.210
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	236	494	236	494
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	4.224	13.208	4.177	13.476
			860.301	872.379	823.332	822.455

24.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

24.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

24.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 15), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público, das debêntures e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, incluindo o risco de crédito;

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados nas notas 14 e 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao TLJP e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.1) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no exercício, os riscos significativos encontram-se controlados pelos motivos acima descritos.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Saldo da exposição**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - CDB	CDI	62.209	781			781	195	389	(195)	(390)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	31.079	2.687	13.328	75.102	91.117	47.748	113.048	(34.755)	(59.936)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	93.288	3.468	13.328	75.102	91.898	47.943	113.437	(34.950)	(60.326)
		93.288	3.468	13.328	75.102	91.898	47.943	113.437	(34.950)	(60.326)
Operação	**Risco**									
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(576.361)	(37.352)	(147.063)	(227.874)	(412.289)	(70.577)	(140.368)	71.382	143.588
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	(576.361)	(37.352)	(147.063)	(227.874)	(412.289)	(70.577)	(140.368)	71.382	143.588
		(576.361)	(37.352)	(147.063)	(227.874)	(412.289)	(70.577)	(140.368)	71.382	143.588
Operação	**Risco**									
Debêntures	IPCA	(214.801)	(19.344)	(52.528)	(29.234)	(101.106)	(12.256)	(25.282)	11.537	22.404
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	(214.801)	(19.344)	(52.528)	(29.234)	(101.106)	(12.256)	(25.282)	11.537	22.404
		(214.801)	(19.344)	(52.528)	(29.234)	(101.106)	(12.256)	(25.282)	11.537	22.404

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 1,8% e 6,0% a.a.; TJLP entre 4,2% e 5,2% a.a; e IPCA entre 3,5 e 22,2% a.a.

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 14 e 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 26.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2020						31/12/2019
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	16.400	759	716			17.875	12.806
Debêntures			18.810	118.302	77.301	214.413	220.420
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	4.677	14.031	25.982	110.858	418.525	574.073	563.210
Uso do bem público	82	162	726	4.027	7.561	12.558	12.049
Licenças ambientais	202	1.021	2.919	35		4.177	13.476
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				236		236	494
	21.361	15.973	49.153	233.458	503.387	823.332	822.455

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15.

Em 31 de dezembro de 2020, o covenant de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 15.1, foi atendido. Adicionalmente, as demais cláusulas restritivas estão atendidas em sua plenitude. Os recursos adicionais que estavam depositados em conta vinculada em decorrência do descumprimento do ICSD em 2019 foram liberados em outubro de 2020, após a obtenção do *waiver* de todos os credores.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os Empréstimos e financiamentos (Nota 15) e Debêntures (Nota 14). Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R$90.

24.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

24.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências *Moody's ou Standard & Poor's*). Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (Agência Nacional de Águas - ANA e ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (CCEE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, MME, Empresa de Pesquisa Energética - EPE e ONS). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e debêntures	788.486	783.630
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(75.672)	(62.488)
(-) Cauções	(31.079)	(30.927)
Dívida líquida	681.735	690.215
Total do Patrimônio Líquido	578.590	605.698
Total do capital	1.260.325	1.295.913
Índice de alavancagem financeira - %	54,09%	53,26%

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

				Efeito não caixa		
	Nota	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2020
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	9	30.927	(874)	1.026		31.079
		30.927	(874)	1.026	-	31.079
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento						
Debêntures	14	220.420	(32.003)	9.896	16.100	214.413
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	563.210	(27.806)		38.669	574.073
		783.630	(59.809)	9.896	54.769	788.486
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		752.703	(58.935)	8.870	54.769	757.407

			Efeito não caixa		
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2019
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	28.295	522	2.110		30.927
	28.295	522	2.110	-	30.927
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento					
Debêntures	226.191	(29.725)	6.979	16.975	220.420
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	575.418	(58.408)	1.767	44.433	563.210
	801.609	(88.133)	8.746	61.408	783.630
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	773.314	(88.655)	6.636	61.408	752.703

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2020	2019
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	(319)	(3.121)
Provisão para contingências no imobilizado e intangível	450	649
Total	131	(2.472)

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2020					31/12/2019
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total geral	Total geral Reapresentado
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.285	9.953	9.152	38.487	62.877	59.901
Materiais e serviços	10.275	8.884	736	2.755	22.650	23.656
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	56.697	94.349	73.240	141.389	365.675	380.250
	72.257	113.186	83.128	182.631	451.202	463.807

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2020, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2020					31/12/2019
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total geral	Total geral Reapresen-tado
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.847	9.694	9.694	67.856	92.091	92.091
Materiais e serviços	9.927	9.454	913	4.896	25.190	21.240
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	54.272	96.484	85.438	226.039	462.233	461.935
	69.046	115.632	96.045	298.791	579.514	575.266

26.2 Garantias

		Limite máximo garantido	
Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
Ações judiciais	Seguro garantia	2.819	2.702
Outros	Recebíveis	1.366	1.320
		4.185	4.022

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 14) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15), estão demonstrados em suas respectivas notas.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	15.868	15.868	15.868	15.868
Usina	1.006.356	200.000	1.006.356	200.000
Linhas de Transmissão	14.224	14.224	14.224	14.224
Responsabilidade civil	50.000	50.000	50.000	50.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	2.646	(*)	2.651	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cujo os limites são apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190; e

(ii) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$4.110.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Yujun Liu
Presidente

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Antonio Eduardo Portela Ferreira da Costa
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Lourival Teixeira Dos Santos Sobrinho
Diretor Operacional e Técnico

Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca
Diretor Administrativo

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O "S" AP